



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.
CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas explicativas (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 A companhia e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("PBEN-P" ou a "companhia"), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em Assembleia Geral Extraordinária nº 08/2021, foram alterados a razão social de 5283 Participações S.A para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), e o objeto social para constar que "A Sociedade tem por objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis."

A companhia mantém transações relevantes com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, assim como com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, controlada da PETROBRAS, e segue o Plano de Negócios da controladora na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentadas as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17.

4.2. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

5. Novos pronunciamentos contábeis

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2024 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
Annual Improvements – Volume 11	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desreconhecimento de ativos de diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
Contracts Referencing Nature-dependent Electricity – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
	Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de aplicação retrospectiva de desreconhecimento de passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da transição da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
	Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	
	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos de divulgação de hedge se com esses contratos forem utilizados como instrumentos de hedge; e transição de requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas

A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:

- a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, 1º de janeiro de 2027 financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; aplicação retrospectiva
- b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, com regras de transição
- c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e transição específicas
- d. Novos requerimentos de divulgação.

Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos, incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.

Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
* Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)		
** Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)		

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Em relação as normas que entraram em vigor em 2024, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da companhia.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2024	31.12.2023
Recebíveis		
Terceiros (1)	1.373	1.253
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11.1)	14.377	13.659
Total do contas a receber	15.750	14.912
Perdas de crédito esperadas (PCE) – Terceiros (2)	(1.168)	(1.183)
Total do contas a receber, líquidas	14.582	13.729
Circulante	14.582	13.729

(1) Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
(2) Refere-se à provisão para perdas de créditos esperadas relacionada às liminares e agentes desligados por descumprimento de obrigações, dentre elas a inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Em 31 de dezembro de 2024 não existem títulos vencidos a receber de partes relacionadas, no entanto a companhia realizou a avaliação do contas a receber vinculado às suas operações comerciais com as empresas do grupo, com as quais opera e não foram encontrados indícios de Perdas de Crédito Esperadas – PCE.

6.2. Aging do contas a receber – Terceiros

	31.12.2024		31.12.2023	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer				
Vencidos:	205	-	-	-
Acima de 12 meses	1.168	(1.168)	1.183	(1.183)
Total	1.373	(1.168)	1.183	(1.183)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas – Terceiros

	2024	2023
Saldo inicial	(1.183)	(1.201)
Adições	(14)	(3)
Reversões	29	51
Saldo final	(1.168)	(1.183)
Circulante	(1.168)	(1.183)

6.4. Contas a receber - FIDC

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	81.948	60.577
Total	81.948	60.577

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

Prática contábil

As contas a receber são classificadas como ao custo amortizado.

A companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.
CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Investimentos

	31.12.2024	31.12.2023
PIB BV (1)	1.505	1.106
Total	1.505	1.106

(1) investimento a valor justo

Os valores apresentados no quadro acima, foram convertidos do Dólar norte-americano, moeda funcional da PIB BV, para Reais. A taxa de conversão utilizada foi de R\$ 6,1923, em 2024 (R\$ 4,8413, em 2023).

A Petrobras International Braspetro BV - PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras constituída em 5 de setembro de 2002 para participar em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exploração de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

O investimento passou a ser avaliado a valor justo, a partir do exercício de 2017, quando ocorreu a perda de influência significativa sobre a investida (PIB-BV), consequentemente foi reclassificado o investimento de coligada para instrumento financeiro, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 38.

No exercício de 2024 houve acréscimo no valor justo dessa participação no montante de R\$ 399 (acréscimo de R\$ 74 no exercício de 2023), registrado como Outros Resultados Abrangentes.

A seguir são apresentadas informações da PIB BV:

	31.12.2024	31.12.2023
PIB BV (1)	158.278.066	158.278.066
Ações (Em milhares)	45.896.837	45.896.837
Participação (%)	0,0007	0,0007
Patrimônio líquido	370.524.129	271.744.853
Lucro do exercício	19.771.006	17.035.171

Prática Contábil

O investimento é mensurado pelo valor justo com base nos fluxos de caixa descontados, preparados pela Administração, baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico, divulgado pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Como a companhia pretende manter a participação para fins estratégicos por longo prazo, a Administração designou esse investimento, como mensurado a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, a partir do momento da perda de influência significativa sobre a investida. Os dividendos, quando recebidos, são registrados como ganho no resultado.

8. Imobilizado

8.1. Por tipo de ativos

	Direito de uso - Edificações e Construções
Saldo em 31 de dezembro de 2022	263
Custo acumulado	355
Amortização acumulada	(92)
Amortização	(21)
Baixas - custo	(169)
Baixas - amortização	92
Saldo em 31 de dezembro de 2023	165
Custo acumulado	189
Amortização acumulada	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	165
Custo acumulado	189
Amortização acumulada	(24)
Remensurações	5
Amortização	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	146
Custo acumulado	194
Amortização acumulada	(48)

A taxa de amortização do direito de uso é de 13% ao ano, conforme o prazo do arrendamento (nota explicativa 10).

Prática contábil

Os ativos de direito de uso são apresentados como imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são amortizados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

9. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Terceiros (1)	11.175	9.651
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11.1)	811	1.097
TOTAL	11.986	10.748

(1) Representam, principalmente, as obrigações relativas a compras de energia elétrica de curto prazo para honrar os compromissos de venda.

10. Arrendamentos

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	313
Remensuração	4
Pagamento de principal e juros	(41)
Encargos incorridos no exercício	27
Encerramento antecipado de contrato	(108)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	195
Circulante	38
Não Circulante	157
Saldo em 31 de dezembro de 2023	195
Remensuração	5
Pagamento de principal e juros	(44)
Encargos incorridos no exercício	24
Saldo em 31 de dezembro de 2024	180
Circulante	41
Não Circulante	139

A companhia sucede a PBEN no contrato de sublocação firmado em 23 de janeiro de 2017, junto à Petrobras (sublocadora), que terá término em 03 de setembro de 2030, referente a área localizada no Edifício Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro-RJ, que é utilizada como sede.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Valor nominal em 31 de dezembro de 2023	38	41	30	27	24	35	195
Valor nominal em 31 de dezembro de 2024	-	41	36	32	28	43	180

Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

11. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

11.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Transpetro	PIB-BV	FIDC	Total	31.12.2024	31.12.2023
Ativo							
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber - FIDC (nota explicativa nº 6.4)	-	-	-	81.948	81.948	81.948	60.577
Venda de energia (nota explicativa nº 6.1)	14.377	-	-	-	14.377	14.377	13.659
Investimento	-	-	1.505	-	1.505	1.505	1.106
Total	14.377	-	1.505	81.948	97.830	97.830	75.342
Circulante	14.377	-	-	81.948	96.325	96.325	74.236
Não circulante	-	-	1.505	-	1.505	1.505	1.106
Passivo							
Fornecedores							
Compra de energia (nota explicativa nº 9)	811	-	-	-	811	811	1.097
Arrendamentos (nota explicativa nº 10)	180	-	-	-	180	180	195
Dividendos - (Nota explicativa 14.4)	5.655	-	-	-	5.655	5.655	-
Total	6.646	-	-	-	6.646	6.646	1.292
Circulante	6.507	-	-	-	6.507	6.507	1.135
Não circulante	139	-	-	-	139	139	157
Resultado							
Receita de venda de energia (nota explicativa nº 15)	-	172.369	-	-	172.369	172.369	145.094
Custo de energia vendida (nota explicativa nº 16.1)	(7.910)	-	-	-	(7.910)	(7.910)	(4.536)
Receitas (despesas) operacionais líquidas (nota explicativa nº 16.3)	(3.906)	-	-	-	(3.906)	(3.906)	(2.640)
Receitas (despesas) financeiras líquidas (nota explicativa nº 17)	(22)	-	-	6.591	6.569	6.569	(27)
Variações monetárias líquidas (nota explicativa nº 17)	(498)	-	-	-	(498)	(498)	-
Total	(12.336)	172.369	-	6.591	166.624	166.624	137.891

11.2. Membros chave da administração e empregados

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da PBEN-P, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes. A companhia não possuía empregados contratados até 31 de dezembro de 2023.

As remunerações mensais dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2024 foram as seguintes:

	Em reais
Remuneração do empregado	2024
Menor remuneração	19.579
Remuneração média	23.628
Maior remuneração	28.389
Quantidade de empregados	2

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados, no exercício de 2024:

	2024
Benefícios aos empregados	2024
Auxílios alimentação e refeição	26
Programa de Remuneração Variável	716
Total	742

As remunerações totais dos membros do Conselho Fiscal da PBEN-P têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Conselho fiscal	2024	2023
Salários	3	3
Remuneração total	3	3
Número de membros	2	2
Número de membros remunerados	2	2

A remuneração total anual dos membros do Conselho Fiscal da PBEN-P, no exercício de 2024, foi de R\$ 3 mil.

Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) fixou a remuneração global anual dos administradores (Membros da Diretoria) em R\$ 72 mil, e do Conselho fiscal em R\$ 7 mil, para o período compreendido entre abril de 2024 e março de 2025.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente verbas remuneratórias da PBEN-P, uma vez que a companhia efetua o ressarcimento à controladora Petrobras dos valores de honorários que são avaliados e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

12. Tributos

12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024
Imposto de Renda (1)(2)	3	189	1.228
Contribuição social (1)(2)	-	-	3.308
Total	3	189	4.536
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024
Imposto de Renda (1)(2)	3	180	2.541
Contribuição social (1)(2)	-	-	1.007
Total	3	180	3.548

(1) Ativo não circulante: refere-se a imposto de renda e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, com pedido de restituição junto à Receita Federal. (2) Ativo circulante: são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL; Passivo circulante: refere-se ao processo de apuração mensal de IRPJ e CSLL, líquida das respectivas antecipações.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro do exercício antes dos impostos	35.901	28.133
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(12.206)	(9.565)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Permanentes	64	276
Outros	50	(50)
Imposto de renda e contribuição social	(12.092)	(9.339)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	240	(11)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.332)	(9.328)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34%	33,2%

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos períodos:

	2024	2023
Saldo inicial	386	397
Reconhecido no resultado	240	(11)
Saldo final	626	386

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	Fundamento para realização	31.12.2024	31.12.2023
Natureza			
Perdas de crédito esperadas	Baixa definitiva e reversão da provisão	397	402
Receita financeira de depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(21)	(16)
Prêmio por desempenho	Pagamento	244	-
Gratificação de férias	Pagamento	6	-
Total		626	386
Impostos diferidos ativos		647	402
Impostos diferidos passivos		(21)	(16)
Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos			

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos
2025	Ativos
Parcela registrada contabilmente	626
Total	626

Prática contábil



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.
CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

A companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS e COFINS (1)(2)	798	852	-	790	329	-
ICMS	-	-	-	-	233	676
Imposto de renda retido na fonte (3)	-	-	-	-	16	-
Outros	69	-	-	-	-	-
Total	867	852	-	790	578	676

(1) Ativo não circulante: Refere-se aos créditos fiscais a recuperar de PIS/COFINS, após trânsito em julgado em 21 de setembro de 2021 a favor da PBEN de ação judicial, que tratou da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS.
(2) Ativo circulante: Refere-se, principalmente, a créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de energia elétrica.
(3) Refere-se, principalmente, a imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento de empregados.

13. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios rescisórios e outros benefícios.

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo Circulante		
Benefícios de curto prazo	805	-
Total	805	-

13.1. Benefícios de curto prazo

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo Circulante (1)		
Programa de remuneração variável empregados	716	-
Provisão de férias	69	-
Salários, encargos e outras provisões	20	-
Total	805	-

(1) inclui pessoal cedido

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

	2024	2023
Despesas na demonstração de resultado		
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(404)	-
Programa de remuneração variável (1)	(716)	-
Honorários e encargos de Administradores (nota explicativa nº 11.2)	(53)	(37)
Total	(1.173)	(37)

13.2. Remuneração variável

Programa de Prêmio por Desempenho – PRD

O Programa Prêmio por Desempenho (PRD) tem como objetivo reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da Petrobras. O prêmio de cada empregado é definido pelo atingimento de metas específicas, que incluem a nota de desempenho (GD) para todos os empregados.

O PRD é acionado mediante a declaração e pagamento de remuneração ao acionista, referente ao exercício considerado, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, e a obtenção de lucro líquido positivo no exercício.

No exercício de 2024, a companhia provisionou o valor de R\$ 716, registrado em outras despesas operacionais. O montante provisionado inclui a parcela relativa aos empregados cedidos pela Petrobras.

Participação nos lucros ou resultados - PLR

A PBEN-P não participou da negociação da PLR do conglomerado Petrobras e com isso, não pôde ser incluída nesse acordo. Dessa forma, a Diretoria Executiva, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2024, aprovou a inclusão do valor da PLR prevista da Petrobras na tabela de cálculo da PRD como programa complementar de remuneração variável.

Prática contábil

As provisões dos programas de remuneração variável (PRD e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 57.432, está representado por 57.432.182 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

14.2. Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da PBEN-P	23.809	18.794
Destinação do lucro líquido:		
Reserva legal	1.190	940
Reserva de retenção de lucro	-	-
Dividendos propostos do lucro líquido	22.619	17.854
Total da destinação do lucro líquido	23.809	18.794
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos mínimos obrigatórios	5.655	-
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	-	7.015
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	16.964	10.839
Dividendos propostos do lucro líquido	22.619	17.854

14.3. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2024 foi constituído o valor de R\$ 1.190 (R\$ 940 em 2023). O saldo dessa reserva não atingiu o limite legal em 31 de dezembro de 2024.

14.4. Remuneração aos acionistas da PBEN-P

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, aprovados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Prática contábil

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Dividendos propostos relativos ao exercício de 2024

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é a seguinte:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da PBEN-P	23.809	18.794
Apropriação:		
Reserva legal	(1.190)	(940)
Lucro líquido ajustado	22.619	17.854
Dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25%:	5.655	-
Dividendos intermediários	-	7.015
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	16.964	10.839
Total de dividendos propostos	22.619	17.854

A proposta de dividendos do exercício de 2024 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2025, no montante de R\$ 22.619, contempla os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 5.655, além dos dividendos adicionais de R\$ 16.964, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

Dividendos relativos ao exercício de 2023

Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2023, no valor de R\$ 17.854. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 7.015, e o dividendo complementar de R\$ 10.839 que, em 31 de dezembro de 2023, estava destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de dividendos a pagar à acionista controladora é de R\$ 5.655, conforme demonstrado na movimentação abaixo.

	2024	2023
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	10.839	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.655	-
Adição por deliberação da Diretoria (antecipação)	-	7.015
Atualização monetária	498	(6)
Pagamento	(11.224)	(7.009)
IRRF sobre a atualização monetária	(113)	-
Saldo final	5.655	-

14.5. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro do período atribuível aos acionistas	23.809	18.794
Quantidade de ações	57.432.182	57.432.182
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,41455	0,32724

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da companhia não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

15. Receita de venda de energia

	2024	2023
Venda de energia elétrica ACL - Partes relacionadas (1)	172.369	145.094
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (2)	846	200
Encargos de vendas (3)	(16.022)	(13.440)
Receita líquida	157.193	131.854

(1) Receita de venda de energia com contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre, celebrados, em sua grande maioria, com a Transpetro, principal cliente da companhia.
(2) Receita de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
(3) Incul, principalmente, PIS e COFINS

Prática contábil

Os contratos com clientes da companhia envolvem a venda de energia elétrica.

A companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

16. Custos e despesas por natureza

16.1. Custo de energia vendida

	2024	2023
Compra de energia elétrica para revenda - Partes relacionadas	(7.910)	(4.536)
Compra de energia elétrica para revenda - Terceiros	(111.855)	(102.581)
Total	(119.765)	(107.117)

16.2. Despesas de vendas

	2024	2023
(Perdas) reversão de crédito esperadas	14	(33)
Total	14	(33)

16.3. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal	(2.222)	(49)
Compartilhamento de gastos com a controladora (Nota explicativa nº 11.1)	(3.906)	(2.640)
Aluguéis e taxas de imóveis	(27)	(43)
Contribuições de agente à CCEE	(64)	(148)
Depreciação e amortização	(25)	(22)
Serviços de terceiros e outros	(516)	(322)
Total	(6.760)	(3.224)

17. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas Financeiras	6.612	6.141
Receita financeira - FIDC-NP (Nota explicativa nº 11.1)	6.591	6.138
Outros	21	3
Despesas Financeiras	(68)	(38)
Arrendamentos	(22)	(27)
Multas e juros de mora	(46)	(12)
Variações monetárias, líquidas	(281)	855
Atualização monetária de dividendos (Nota explicativa nº 11.1)	(498)	6
Atualização monetária de tributos a recuperar	193	762
Outros	24	87
Total	6.263	6.957

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo não circulante		
Fiscais	102	89
Total	102	89

18.2. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:



Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.
CNPJ Nº 03.538.572/0001-17 (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Natureza	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais	3.711	3.522
Trabalhistas	14	13
Total	3.725	3.535

18.2.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	2024	Estimativa 2023
Autor: Delegacia da Receita Federal		
1) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de 2013.		
Situação atual: Apresentada a manifestação de inconformidade, tendo o julgamento sido convertido em diligência.	119	113
2) Processo Administrativo - Tributário - Saldo negativo de IRPJ do exercício de 2007. Discute-se a compensação feita via PER/DCOMP.		
Situação atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto.	2.351	2.267
3) Compensação não homologada de saldo negativo de CSLL, exercícios de 2007 e 2008. Ajuizada ação anulatória.		
Situação atual: Apelação agendada para alterar base de cálculo dos honorários sucumbenciais.	1.241	1.142
Total de processos de natureza fiscal	3.711	3.522
Descrição dos processos de natureza trabalhista		
1) Processo relativo à terceirização.		
Situação atual: Processo em andamento	14	13
Total de processos de natureza trabalhista	14	13

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	30	12
Contas a receber, líquidas	14.582	13.729
Contas a receber - FIDC	81.948	60.577
Ativo circulante	96.560	74.318
Depósitos Judiciais	102	89
Ativo não circulante	102	89
Total do ativo	96.662	74.407
Passivo		
Fornecedores	11.986	10.748
Passivo circulante	11.986	10.748
Total do passivo	11.986	10.748

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do plano estratégico.

A companhia utiliza seus recursos principalmente para aquisição de energia elétrica para revenda e pagamentos de dividendos. O risco de liquidez da companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. Os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento no curto prazo.

Diretoria executiva

RODRIGO PIMENTEL FERREIRA LEÃO

Diretor Presidente

MARCELO DE ANDRADE

Diretor Técnico Comercial
JULIO CESAR CÂNDIDO DO NASCIMENTO
Contador
CRC-RJ-086700/O-7

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA

Diretor Administrativo

Parecer do Conselho Fiscal - 2024

O parecer do Conselho Fiscal foi emitido em 21 de março de 2025 e opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações. O referido parecer está disponível nos endereços listados abaixo

<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

<https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAECO")

O referido Relatório, foi emitido em 21 de fevereiro de 2025, e declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras sobre as atividades realizadas de assessoramento ao Conselho de Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está disponível nos endereços listado abaixo:

<https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes>

<https://pben.com.br/institucional/relatorios-anuais-e-informacoes-financeiras>

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações

S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs. 1 e 11 às demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia mantém transações relevantes com a Petrobras Transportes S.A.

— Transpetro, controlada da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras (controladora da Companhia), e segue o plano de negócios de sua controladora na condução de suas operações. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

— Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

— Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

— Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

— Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

— Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Najib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1